

4.14  
10.1  
Acord  
M  
P  
C.

**Centro Social e Paroquial de Alfena, IPSS.**

## **RELATÓRIO DA GESTÃO**

**ANO: 2019**

6/14  
Acept  
M  
Púb  
d.

1 - Introdução.....	3
2 - Enquadramento Geral.....	3
3 - Análise das Atividades .....	4
<b>3.1 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Polo 1</b> .....	4
<b>3.2 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Polo 2</b> .....	4
<b>3.3 Centro de Dia</b> .....	5
<b>3.4 Apoio Domiciliário</b> .....	5
<b>3.5 Lar Residencial</b> .....	6
<b>3.6 Centro de Atividades Ocupacionais</b> .....	7
<b>3.7 Creche</b> .....	7
<b>3.8 Jardim Escola</b> .....	8
4. Recursos Humanos.....	9
5 - Perspetivas.....	9
6 - Investimento .....	10
7 - Análise da Atividade e da Posição Financeira .....	10
8 - Considerações Finais.....	14

6.14  
Acr  
R  
Pinto  
C

## 1 - Introdução

O Centro Social e Paroquial de Alfena, com sede social na Rua do Centro Social, S/N, 4445-066 Alfena, tem como atividade principal apoio à infância, apoio à juventude, apoio à família, apoio às pessoas idosas, apoio às pessoas com deficiência e incapacidade, integrando as seguintes respostas sociais:

- Creche
- Jardim de Infância
- Atividades de Tempos Livres
- Centro de Dia
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- Centro de Atividades Ocupacionais
- Lar Residencial

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2019.

## 2 - Enquadramento Geral

Os corpos gerentes do Centro Social e Paroquial de Alfena são constituídos da seguinte forma:

### *Direção:*

Presidente: Pe. Manuel Fernando Soares da Silva  
Vice-Presidente: Emília Manuela da Silva Ribeiro  
Secretário: José Luís da Silva Marques  
Tesoureiro: Agostinho Albano Pereira da Cunha  
Vogal: Celeste Susana Correia Pinto

### *Conselho Fiscal:*

Presidente: Nuno Filipe Alves Roque  
1º Vogal: António Marcelo Teixeira Monteiro Conde  
2º Vogal: Maria Rosa de Sousa Martins Poças

O Centro Social e Paroquial de Alfena (CSPA) continua a implementação de um novo ritmo de vida e atividades.

A Direção do CSPA mantém o seu principal desafio de adaptação dos edifícios às exigências legais atuais, à certificação da instituição e ao seu equilíbrio financeiro.



U.M.  
H.P.  
A.C.H.P.  
Ry  
P.rib  
C.

### 3 - Análise das Atividades

#### 3.1 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Polo 1

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas é uma das valências existentes no Centro Social e Paroquial de Alfena — Pólo 1, destina-se ao acolhimento residencial de pessoas Idosas proporcionando-lhes um enquadramento afetivo, físico e social o mais próximo do ambiente familiar.

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas na sua atuação tem como principais objetivos:

- Promover a dignidade e condições de qualidade de vida das pessoas mais velhas;
- Promover serviços personalizados adequados à problemática biopsicossocial dos seus residentes;
- Contribuir para o retardamento do processo do envelhecimento, promovendo estratégias de reforço de auto-estima, autonomia pessoal e social de cada residente;
- Criar condições que permitam preservar e incentivar a interação familiar, bem como com a comunidade, no sentido da integração social do idoso.

A Segurança Social contribuiu com 396,57€ mensais por utente, para 70 protocolados, sendo 6 vagas destinadas às quotas do Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP). Houve no ano de 2019, 9 utentes sem protocolo. O custo médio mensal desta valência foi de 1.034,89€ por utente. O n.º médio de utentes por ano foi de 79.

#### 3.2 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Polo 2

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas é uma resposta social que consiste no alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas actividades de apoio social.

Tem como principais objetivos:

- Proporcionar serviços permanentes e adequados às necessidades biopsicossociais das pessoas idosas;
- Assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada pessoa;
- Promover a dignidade da pessoa e oportunidades para a estimulação da memória, do respeito pela história, cultura, e espiritualidade pessoais e pelas suas reminiscências e vontades conscientemente expressas;
- Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo;
- Promover o aproveitamento de oportunidades para a saúde, participação e segurança e no acesso à continuidade de aprendizagem ao longo da vida e o contacto com novas tecnologias úteis;
- Prevenir e despistar qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado;
- Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar; Promover o envolvimento e competências da família.

E ainda, de acordo com cada caso:

- Promover estratégias de manutenção e reforço da funcionalidade, autonomia e independência, do autocuidado e da autoestima e oportunidades para a mobilidade e atividade regular, tendo em atenção o estado de saúde e recomendações médicas de cada pessoa;



- Promover um ambiente de segurança física e afetiva, prevenir os acidentes, as quedas, os problemas com medicamentos, o isolamento e qualquer forma de mau trato;
- Promover a intergeracionalidade;
- Promover os contactos sociais e potenciar a integração social;
- Promover a interação com ambientes estimulantes, promovendo as capacidades, a quebra da rotina e a manutenção do gosto pela vida.

6.14  
 do  
 Acord  
 Ly  
 @Pind  
 C.

A Segurança Social contribuiu com 396,57€ mensais por utente, para 32 protocolados sendo 8 destes lugares destinados às quotas do ISS, IP para as situações de emergência social (por determinação do Protocolo de Cooperação com a Segurança Social). O custo médio mensal desta valência foi 1.203,41€ por utente. O n.º médio de utentes por ano foi de 31.

### 3.3 Centro de Dia

O Centro de Dia é uma das valências existentes no Centro Social e Paroquial de Alfena — Pólo 1, consiste na prestação de serviços que contribuem para a manutenção da pessoa no seu meio habitual de vida, visando a promoção de autonomia e prevenção de situações de dependência ou o seu agravamento.

O Centro de Dia na sua atuação tem como principais objetivos:

- Promover a dignidade e condições de qualidade de vida das pessoas mais velhas;
- Promover serviços personalizados adequados à problemática biopsicossocial dos seus residentes;
- Contribuir para o retardamento do processo do envelhecimento, promovendo estratégias de reforço de auto estima, autonomia pessoal e social de cada utente;

Criar condições que permitam preservar e incentivar a interação familiar, bem como com a comunidade, no sentido da integração social do idoso.

A Segurança Social contribuiu com 117,11€ mensais por utente, para 23 protocolados. O custo médio mensal desta valência foi de 317,18€ por utente. O n.º médio de utentes por ano foi de 25.

### 3.4 Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida.

Constituem objetivos do Serviço de Apoio Domiciliário:

- Concorrer para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias,
- Contribuir para a permanência dos utentes no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais;
- Prestar os cuidados e serviços adequados às necessidades biopsicossociais das utentes, sendo estes objeto de contratualização;
- Assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada pessoa;
- Promover a dignidade da pessoa e oportunidades para a estimulação da memória, do respeito pela história, cultura, e espiritualidade pessoais e pelas suas reminiscências e vontades conscientemente expressas;
- Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo;
- Promover o aproveitamento de oportunidades para a saúde, participação e segurança e no



acesso à continuidade de aprendizagem ao longo da vida e o contacto com novas tecnologias úteis;

- Prevenir e despistar qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado;
- Promover estratégias de manutenção e reforço da funcionalidade, autonomia e independência, do autocuidado e da autoestima e oportunidades para a mobilidade e atividade regular, tendo em atenção o estado de saúde e recomendações médicas de cada pessoa;
- Promover um ambiente de segurança física e afetiva, prevenir os acidentes, as quedas, os problemas com medicamentos, o isolamento e qualquer forma de maus-tratos;
- Promover a intergeracionalidade;
- Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar; Reforçar as competências e capacidades das famílias e de outros cuidadores; Promover os contactos sociais e potenciar a integração social;
- Facilitar o acesso a serviços da comunidade.

U. M.  
H.  
A. M.  
R.  
R. M.  
C.

Esta resposta social tem capacidade para 40 utentes, sendo a Segurança Social a contribuir com 179,75€ mensais por utente, para 30 protocolados. O custo médio mensal desta valência foi 254,04€ por utente. O n.º médio de utentes por ano foi de 40.

### 3.5 Lar Residencial

Esta Resposta Social destina-se ao acolhimento residencial permanente ou temporário de jovens e adultos com qualquer tipo ou grau de deficiência, proporcionando-lhes um enquadramento afetivo, físico e social o mais próximo do ambiente familiar, desde que:

- Não disponham de familiares que os possam acolher;
- Frequentem estruturas de ensino, emprego, formação profissional ou outros programas e que funcionem longe da sua residência;
- A família necessite deste apoio em determinadas situações (doenças, fins-de-semana e outras).

— O alojamento temporário destina-se a prestar apoio à retaguarda familiar do utente quando esta está impedida, temporariamente, de o assegurar (por exemplo: fins-de-semana, férias, doenças ou outras devidamente justificadas) e a contribuir para uma progressiva e gradual integração do utente na resposta social.

— O alojamento temporário não deve exceder os 90 dias por ano, salvo situações excecionais analisadas pela equipa técnica e aprovadas pela direção.

Constituem ainda objetivos do Lar Residencial:

- Promover estratégias de reforço de autoestima, autonomia pessoal e social dos residentes;
- Promover serviços personalizados, condições de bem-estar e qualidade de vida adequadas à problemática biopsicossocial de cada residente;
- Privilegiar a interação com a família e com a comunidade, no sentido da integração social dos residentes;
- Proporcionar uma estrutura que lhes possibilite um enquadramento afetivo, físico e social em tudo semelhante ao familiar.

A Segurança Social contribuiu com 1.062,98€ mensais por utente, para 24 protocolados. O custo médio mensal desta valência foi de 1.213,65€ por utente. O n.º médio de utentes por ano foi de 24.



6. Af  
Ho  
Ac  
Ry  
Pub  
C.

### 3.6 Centro de Atividades Ocupacionais

Este estabelecimento prestador de serviços rege-se igualmente pelo estipulado no Decreto-Lei n.º 18/09, de 11 de janeiro e na Portaria n.º 432/2006, de 3 de maio. Tem ainda como instrumento orientador, para o seu funcionamento, o Manual da Gestão da Qualidade dos Centros de Atividades Ocupacionais publicado em Dezembro de 2007.

A Instituição dispõe de um conjunto de serviços e atividades que coloca à disposição dos seus utentes, assegurando o acompanhamento no local onde é desenvolvido o serviço/atividade, a fim de garantir a sua segurança e introduzir as modificações que vierem a ser consideradas adequadas no plano individual de (re) adaptação de cada cliente.

- Atividades ocupacionais que podem compreender atividades socialmente úteis e atividades estritamente ocupacionais;
- Administração terapêutica (Snoezelen, hidromassagem, hidroterapia, expressão motora, atividades da vida diária, treino de tecnologias de apoio, desenvolvimento pessoal e social);
- Apoio na administração de medicação;
- Desenvolvimento de competências para a vida (acompanhamento na alimentação, cuidados pessoais, saídas ao exterior, preparação de refeições e espaço de cozinha, utilização de transportes, gestão económica, treino de resolução de problemas, entre outras);
- Hortofloricultura;
- Tecnologias de informação e comunicação/ Informática;
- Bem-estar;
- Trabalhos manuais;
- Olaria;
- Atividades lúdicas e recreativas;

A Segurança social contribui com 538,95€ mensais por utente, para 29 utentes protocolados, sendo a capacidade de 30 utentes, para o denominado CAO I. Em 2018 a nova unidade de CAO, denominada por CAO II aberta em fevereiro/2017 funcionou a partir de abril/2018 com a frequência de 28 utentes, com acordo de comparticipação da Segurança Social. O n.º médio de utentes nesta valência foi de 28 utentes. O custo médio mensal desta valência foi de 678,15€ por utente.

### 3.7 Creche

Esta resposta social consiste na prestação de serviços que abrangem a Componente de Apoio Sociofamiliar, a Componente Desenvolvimental e a Componente Educativa Pedagógica. A Creche tem como objetivos gerais:

- Proporcionar à criança condições equilibradas de desenvolvimento e oferecer um clima afetivo de estabilidade e segurança que contribua para o seu desenvolvimento global;
- Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo da criança;
- Facultar à criança condições de alimentação, higiene e sono adequadas, zelando pelo seu estado de saúde;
- Oferecer à criança as condições adequadas de socialização e responder às necessidades de espaço e experimentação;
- Proporcionar à criança situações idóneas que possam permitir-lhe o desenvolvimento da sua inteligência;
- Desenvolver as capacidades da criança de forma adequada, por meio de experiências diretas; - Potenciar a confiança da criança em si própria e nas suas possibilidades;

6.44  
A  
P  
C

- Estimular o desenvolvimento nos domínios socioafetivo, psicomotor e perceptivo-cognitivo;
- Colaborar no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência, encaminhando adequadamente as situações detetadas;
- Realizar um atendimento psicopedagógico no dia a dia, proporcionando um desenvolvimento emocionalmente seguro, sem substituir a família.

A Segurança social contribui com 273,87€ mensais por utente, para 40 utentes protocolados, sendo a capacidade de 60 utentes, uma vez que. O custo médio mensal desta valência foi de 385,38€ por utente. O n.º médio de utentes nesta valência foi de 58 utentes.

### 3.8 Jardim Escola

O Jardim de Infância é uma das valências existentes no Centro Social e Paroquial de Alfena. Esta valência consiste na prestação de serviços que abrangem a Componente de Apoio Sociofamiliar, a Componente Desenvolvimental e a Componente Educativa Pedagógica.

O Jardim de Infância tem como objetivos gerais:

- Contribuir para o desenvolvimento harmonioso e integral da criança; - Incentivar a criança a exprimir as emoções;
- Desenvolver a expressão e comunicação;
- Formar indivíduos capazes de se integrar na sociedade em que vivem, com critério pessoal e autonomia suficiente;
- Proporcionar relacionamento com as outras crianças e adultos, aceitando a diferença;
- Promover e preservar a saúde da criança através da higiene, segurança e alimentação;
- Aprender a partilhar materiais, jogos, brinquedos e a atenção do adulto; - Aprender a respeitar o outro e as coisas que o rodeiam;
- Favorecer a aprendizagem de aptidões sociais (dominar, proteger, responsabilizar-se, partilhar, aceitar o ponto de vista do outro, estabelecer e respeitar normas...);
- Ser veículo de transmissão de valores e normas;
- Adquirir normas de convivência, trabalho e horários; - Refletir e planear as atividades com a criança;
- Colaborar no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência, encaminhando adequadamente as situações detetadas,
- Proporcionar o contexto adequado para continuar o processo iniciado na família.

Estes objetivos serão complementados com outros de acordo com o tema da Intenção Pedagógica do Projeto Educativo, o Plano Anual de Atividades, a idade das crianças, o tipo de grupo e o trabalho pedagógico de sala.

A Segurança social contribui com 175,23€ mensais por utente, para 138 utentes protocolados (1 protocolo para 46 utentes e 1 protocolo para 92 utentes), sendo a capacidade máxima de 138 utentes. O custo médio mensal desta valência foi de 324,06€ por utente. O n.º médio de utentes nesta valência foi de 103 utentes para o acordo de 46 utentes e para o acordo de 92 utentes.



G.M.  
 A.C.P.  
 R.  
 R.  
 R.

## 4. Recursos Humanos

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018	Varição	Var. %
Remunerações aos Órgãos Sociais			0,00	0.00%
Remunerações ao pessoal	1 695 571,73	1 485 084,51	210 487,22	14,17%
Indemnizações	3 089,05	11 470,73	- 8 381,68	-73,11%
Encargos sobre as Remunerações	354 761,46	309 093,53	45 667,93	14,77%
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	25 786,35	17 417,99	8 368,56	48,04%
Gastos de Ação Social	1 484,06	6 409,36	- 4 925,30	-76,85%
<b>Total</b>	<b>2 080 692,65</b>	<b>1 829 476,12</b>	<b>- 251 216,53</b>	<b>13,73 %</b>

Verifica-se que os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 13,73% face a 2018.

No que se refere ao número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2019 foi de 150 e em 2018 foi de 150.

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a sua evolução bem como o seu n.º de efetivos. Destacando que no quadro apresentado reflete os colaboradores ativos, uma vez que o CSPA tem 10 trabalhadores de baixa prolongada nos anos em análise.

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2019	2018
Gastos com Pessoal	2 080 692,65	1 829 476,12
Nº Médio de Pessoas	150	150
<b>Gasto Médio por Pessoa</b>	<b>13 871,28</b>	<b>12 196,51</b>

## 5 - Perspetivas

O ano 2020, arrancou com grande turbulência em todo o mundo com as notícias relacionadas com a propagação do Covid-19.

Assim, e de acordo com as medidas tomadas pelo Governo e com as recomendações da Direção Geral de Saúde o CSPAlfena foi progressivamente adotando medidas de proteção dos seus utentes e colaboradores, de mitigação de contágio e de garantia da prestação dos seus serviços aos seus clientes.

Destas medidas destacam-se a elaboração do Plano de Contingência; a suspensão da prestação de

h/af  
for  
Acamp  
M  
Espinh  
C.

serviços das respostas sociais de creche, jardim-escola, centro de atividades ocupacionais até ao final do mês de maio, mantendo-se encerrada a resposta social centro de dia; o reforço da higienização da instituição; a aquisição de materiais e equipamentos de proteção individual para os trabalhadores; o recurso a empresas de trabalho temporário para reforço das equipas adstritas aos Lares.

Nesta fase ainda não é possível apurar os custos associados, até porque é uma situação nova e imprevisível sendo certo que a sua evolução ditará novas medidas e ações de prevenção e mitigação.

## 6 - Investimento

No que se refere ao Investimento realizado no ano de 2019 o Centro Social e Paroquial de Alfena efetuou os seguintes investimentos:

- Obras em edifícios e construções;
- Equipamento de alojamento de utentes;
- Equipamento didático;
- Equipamento desportivo;
- Equipamento informático;

## 7 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

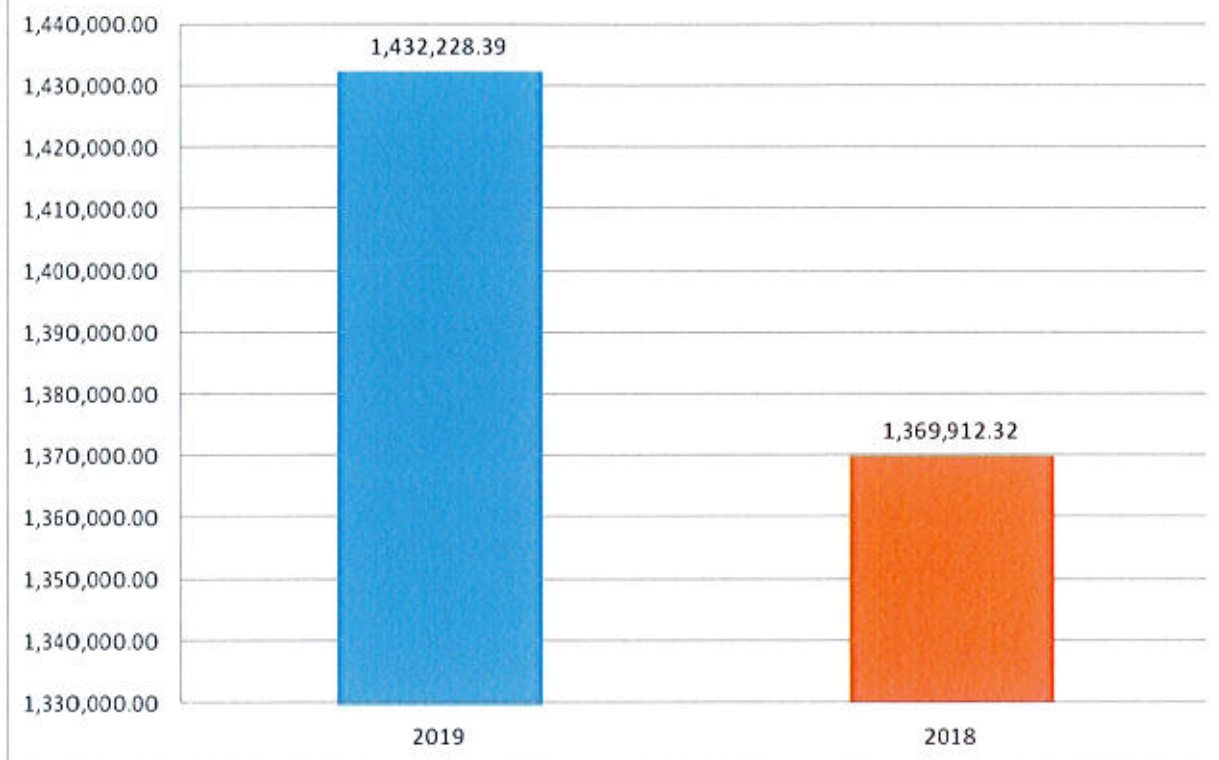
No período de 2019 as Vendas e as Prestações de Serviços aumentaram 62 316,07€ o que espelha a evolução da atividade desenvolvida pela Entidade. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 1 432 228,39€, representando uma variação de 4,51% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



U. P. M.  
Acont  
M  
P. P. M.  
C.

## Vendas e Prestações de Serviços



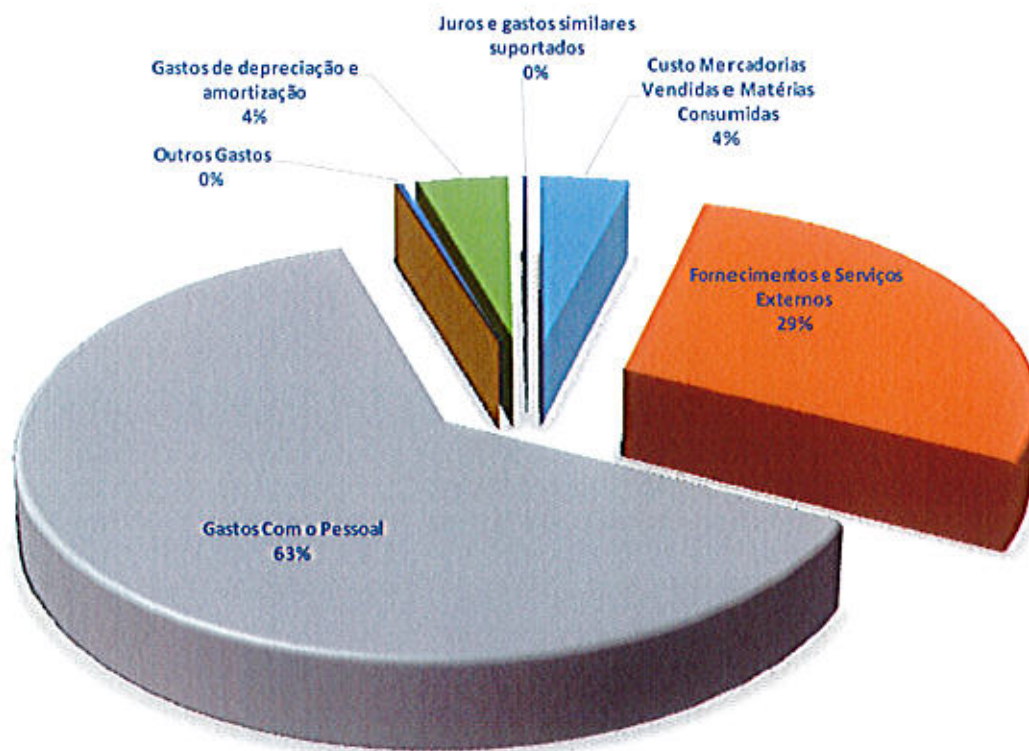
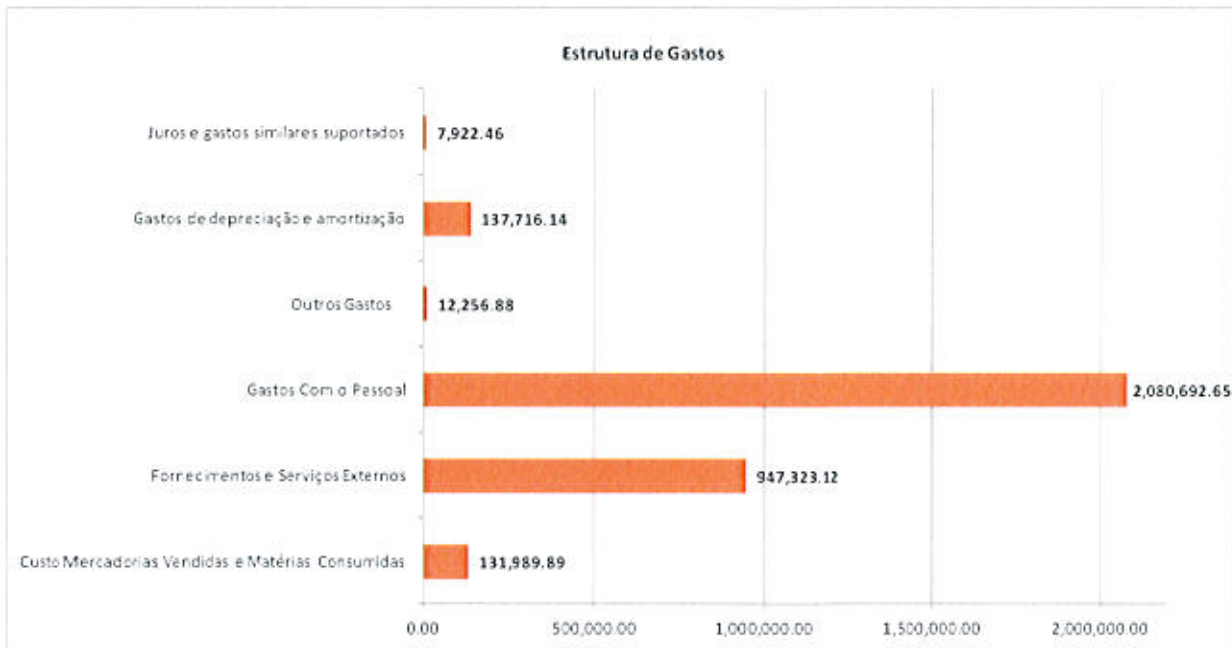
## Estrutura de Rendimentos



O ano de 2019 caracteriza-se pelo ano de

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

6.14  
Acut  
Pub



**ESTRUTURA DE GASTOS PERCENTUAL**

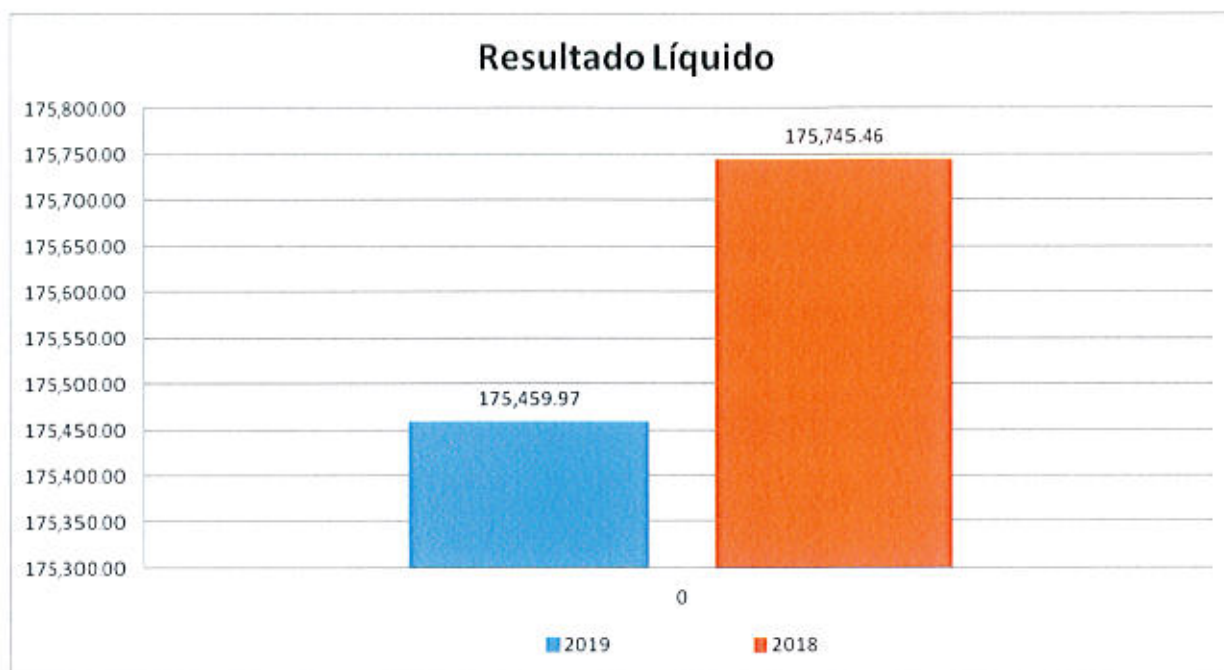
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao

Instituição Particular de Solidariedade Social, registo n.º 36/81 da DGSS, de 6 de Novembro de 1981.  
Pessoa de Utilidade Pública n.º 501114599, DR n.º 237, série III, de 15-10-1981



ano anterior os seguintes valores de Resultado Líquido e de EBITDA.

*6.14*  
*to*  
*Ac*  
*M*  
*Pub*  
*2*

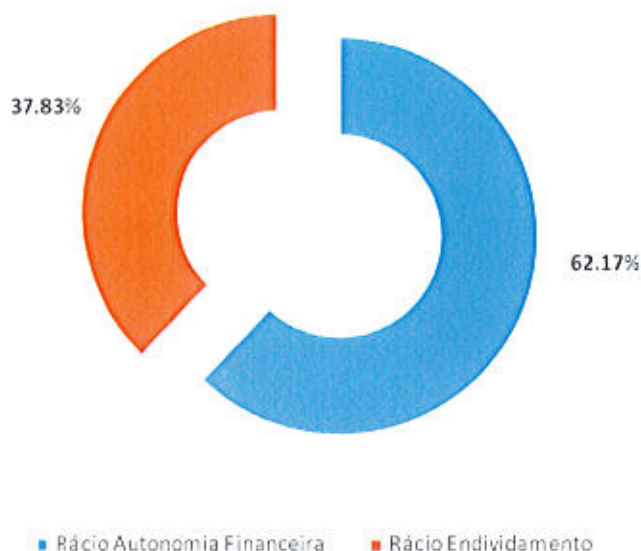


A Direção propõe que o Resultado Líquido do período positivo no montante de € 175 459,97 seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente

com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

*6.11*  
*do*  
*Acamp*  
*17*  
*2.11.18*  
*2.*



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

RUBRICAS	2019	2018	
Ativo não corrente	3,479,707.40	4,232,989.36	80%
Ativo corrente	881,201.82	625,527.62	20%
<b>Total ativo</b>	<b>4,360,909.22</b>	<b>4,858,516.98</b>	

RUBRICAS	2019	2018	
Capital Próprio	2,711,047.66	3,219,730.96	62%
Passivo não corrente	857,068.77	900,526.81	20%
Passivo corrente	792,792.79	738,259.21	18%
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>4,360,909.22</b>	<b>4,858,516.98</b>	

## 8- Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa atividade.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade do Centro



*Ab*

Social e Paroquial de Alfena.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Alfena, 15 de junho de 2020

*6.º Conselho Fiscalado por 4 membros*  
*Fernanda Honra da Silva Ribeiro*  
*Agostinho Albano Ferreira da Cunha*  
*Celste Lisiane Correia Pinto*